

# POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ALIADA AO ENSINO COLABORATIVO E O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Raquel Schappo<sup>1</sup>  
Kelly Cristina de Oliveira Andrade<sup>2</sup>  
Jennifer Tâmara Linhague<sup>3</sup>  
Raquel Steffens<sup>4</sup>  
Solange Cristina da Silva<sup>5</sup>  
Geisa Letícia Kempfer Böck<sup>6</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem o enfoque na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e suas concepções. O objetivo deste estudo é analisar e refletir sobre o processo de implementação da Política de Educação Inclusiva no contexto educacional, considerando o campo de atuação do professor e as possíveis demandas com estudante público da Educação Especial. Faz-se necessário refletir sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em seu cerne, por meio do ensino colaborativo e o do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que são possíveis caminhos para romper com as barreiras para potencializar a escolarização de estudantes com deficiência no ensino comum, como estratégias que contribuam para a inclusão. O DUA é uma perspectiva que visa beneficiar a todos os estudantes com seus distintos estilos de aprendizagem, partindo-se do pressuposto que para tornarmos uma escola inclusiva, não basta contar somente com os recursos pedagógicos de acessibilidade, mas também é preciso considerar as relações humanas. Realizamos um ensaio teórico, a partir de um levantamento bibliográfico, de cunho qualitativo. Como resultado, refletimos sobre a realidade educacional atual de estudantes com deficiência, de forma a contribuir na efetivação dos direitos de acesso à educação, provocando reflexões e alterações nas práticas que envolvem o ensino/aprendizagem do Público da Educação Especial nas escolas de forma efetiva.

**Palavras-chave:** Política de Educação Inclusiva; Ensino Colaborativo; Desenho Universal para a Aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva - PROFEI da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC [raquel.schappo@prof.pmf.sc.gov.br](mailto:raquel.schappo@prof.pmf.sc.gov.br);

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva - PROFEI da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC [kellyo@prof.educacao.rj.gov.br](mailto:kellyo@prof.educacao.rj.gov.br);

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva - PROFEI da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC [jennifer.linhague@prof.edu.pmsj.sc.gov.br](mailto:jennifer.linhague@prof.edu.pmsj.sc.gov.br);

<sup>4</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva - PROFEI da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC [raquel.steffens@prof.pmf.sc.gov.br](mailto:raquel.steffens@prof.pmf.sc.gov.br);

<sup>5</sup> Doutora em Psicologia, professora do Centro de Educação a Distância, Universidade do Estado de Santa Catarina - SC [solange.silva@udesc.br](mailto:solange.silva@udesc.br);

<sup>6</sup> Professora orientadora: Doutora em Psicologia, Centro de Educação a Distância, Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, [geisa.bock@udesc.br](mailto:geisa.bock@udesc.br)

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar e refletir sobre o processo de implementação da Política de Educação Inclusiva no contexto educacional, considerando o campo de atuação do professor e as possíveis demandas com o estudante público da Educação Especial. Busca-se, portanto, refletir sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em seu cerne, através do ensino colaborativo e o do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que são possíveis caminhos para romper com as barreiras para potencializar a escolarização de estudantes com deficiência no ensino comum, como estratégias que contribuam para a inclusão.

O DUA é uma perspectiva que visa beneficiar a todos os estudantes com seus distintos estilos de aprendizagem, partindo-se do pressuposto que para tornarmos uma escola inclusiva, não basta contar somente com os recursos pedagógicos de acessibilidade, mas também é preciso considerar as relações humanas.

Muitos estudos vêm sendo realizados na área da Educação, em sua maioria na busca da eliminação das diversas barreiras existentes nos processos de ensino e aprendizagem, de modo a contemplar as diferentes características e necessidades dos estudantes.

Para que essas práticas pedagógicas sejam acessíveis é necessário que as barreiras que impedem a participação dos estudantes sejam identificadas. A busca por práticas pedagógicas inclusivas é um dos desafios para os docentes. Pensar, discutir, refletir junto com seus pares dentro das unidades escolares é premissa para contemplar uma educação para todos. Dessa forma,

A literatura sobre a educação inclusiva aponta várias estratégias para as escolas minimizarem as barreiras de aprendizagem e caminhar em direção à qualidade de ensino para todos os alunos. Entre essas estratégias, destacam-se a recomendação de oferecer informações e quebrar mitos e preconceitos; garantir formação permanente para todos os profissionais envolvidos no processo; valorizar o professor, que é o responsável por importantes tarefas da escola; e estabelecer sistemas de colaboração e/ou de cooperação, criando e/ou fortalecimento uma rede de apoio (Mendes; Almeida; Toyoda, 2011, p. 84).

O trabalho colaborativo dos docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que não somente realiza o atendimento complementar/suplementar no contraturno escolar, mas também busca a orientação, discussão e participação nos planejamentos dos professores do ensino regular, mostra-se como uma possibilidade de reflexão para a mudança no uso dos recursos e das metodologias nas práticas pedagógicas.

Como resultado deste estudo, refletimos sobre a realidade educacional atual de estudantes com deficiência, de forma a contribuir na efetivação dos direitos de acesso à educação, provocando reflexões e alterações nas práticas que envolvem o ensino/aprendizagem do Público da Educação Especial nas escolas de forma efetiva.

## **METODOLOGIA**

A escolha metodológica para realização deste estudo foi levantamento bibliográfico, com abordagem de maior ênfase no aspecto qualitativo, visando analisar e refletir sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em seu cerne, por meio do ensino colaborativo e o do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Segundo Gil (2017, p. 34), a pesquisa bibliográfica é realizada com base em material já publicado, como livros, revistas, teses, dissertações entre outros. Dessa forma, buscamos livros, artigos e teses sobre os temas Política de Educação Inclusiva (MACHADO, 2020; BARBOSA, 2020), ensino colaborativo (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2018; MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011) e DUA (GESSER; NUERNBERG, 2018; BOCK, 2019).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação especial tem sido um tema muito discutido nas últimas décadas no Brasil, tendo como um dos documentos mais relevantes para isso a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), a qual define como público da educação especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O seu principal objetivo é estabelecer as ações relacionadas à educação especial à luz do movimento mundial em direção a uma educação inclusiva, tendo como foco principal o processo de inserção de todos os estudantes com deficiência nos espaços comuns do ensino regular, instituindo a educação especial como modalidade que perpassa todos os níveis de ensino e regulamentando o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complementar ou suplementar à escolarização.

O direito das pessoas com deficiência à escolarização é garantido por lei desde a Constituição de 1988 que, em seu artigo número 208, dispõe sobre os deveres do Estado sobre a educação estabelecendo a garantia de “[...] atendimento educacional especializado aos

portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL,1988). Durante esse período, a educação especial era compreendida como substitutiva ao ensino comum, sendo essa a principal mudança da PNEEPEI (2008), a qual promoveu a educação especial para não mais ser compreendida como substitutiva ao ensino regular, mas como complementar e/ou suplementar.

Após a PNEEPEI (2008), houve um aumento expressivo das matrículas de estudantes público da educação especial na rede regular de ensino (BRASIL, 2008). Com vistas à garantia da sua inclusão escolar, a política indica como fatores fundamentais nas escolas a oferta do AEE e a formação de professores para o AEE, entre outros pontos.

Pode-se compreender que o AEE é o ponto central da PNEEPEI (2008):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 11).

É por meio desse atendimento que o ensino comum e a educação especial vão se articulando. Cabe, portanto, aos professores do AEE em parceria com os de classe comum elaborar recursos e estratégias que possibilitem aos estudantes, público de educação especial, o acesso ao conhecimento, participação e desenvolvimento, de modo que esse recurso esteja atento à singularidade da experiência da deficiência de cada estudante, pautando-se na organização de espaços de aprendizagem sem barreiras os quais ampliem a participação e as possibilidades do aprender

Machado (2020), ao discorrer sobre a evolução do papel da educação especial, trata sobre as mudanças de perspectiva do entendimento sobre a função dos profissionais da educação especial, destacando os que já superaram a visão pautada no modelo médico.

A educação especial não deve visar a “superação” da deficiência, mas reconhecer sua potência como expressão da variação humana, sendo cada aluno um representante das diferentes formas como nós podemos ser, viver, conhecer, interagir e produzir. (MACHADO, 2020, p. 57).

O AEE é realizado prioritariamente nas Salas de Recurso Multifuncional, e essas salas podem estar localizadas na escola frequentada pelo estudante ou na escola polo. Esse serviço de atendimento também pode ser oferecido em centros especializados, devendo sempre

ocorrer no turno inverso ao da escolarização do estudante, não sendo substitutivo às classes comuns, o que é o principal avanço da PNEEPEI (BRASIL, 2009).

Na forma como o AEE está estruturado, o atendimento pode ser erroneamente compreendido como um serviço clínico (BARBOSA, 2020). Se o AEE for entendido unicamente como um serviço oferecido aos estudantes público da educação especial no seu contraturno escolar, esse atendimento se restringe a isso reforçando as concepções do modelo médico e caracterizando-o AEE como atendimento clínico. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018, p. 29) discorrem sobre o assunto e pontuam que “O atendimento educacional especializado quando ofertado exclusivamente em salas de recursos, ou seja, extra sala de aula comum, reforça o pressuposto de que o problema está no aluno e não na escola”. É preciso considerar todas as funções do professor de AEE, e não apenas o atendimento segregado no contraturno escolar.

A relevância do AEE para a inclusão escolar do estudante público da educação especial é inegável. No entanto, esse atendimento precisa estar articulado com a sala de aula comum para que sejam elaborados recursos e estratégias visando a acessibilidade e garantindo a equidade nos processos de aprendizagem. Assim, esse atendimento deve ser caracterizado como um serviço de apoio à inclusão escolar “[...] O AEE é um serviço que promove o diálogo entre gestores e professores, para que se envolvam em mudanças gerais na escola.” (MACHADO, 2020, p. 41). É o professor de AEE, em conjunto com os demais profissionais da escola, que desenvolverão ações para fomentar a inclusão escolar.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018) pontuam que, enquanto o AEE for entendido apenas como um atendimento extraclasse, essas mudanças tão necessárias à escola não ocorrerão.

Poucas falas e posturas, que nos deparamos cotidianamente em nossos espaços de trabalho, são baseadas em concepções próximas às do modelo social nas quais sejam realizados trabalhos pautados na ética do cuidado, no respeito e acolhimento das diferenças. Enquanto a maior parte dos profissionais se aproximam mais do modelo médico com reflexos da culpabilização do sujeito, pressuposições de incapacidades e a busca por encaixar o estudante em “padrões de normalidade”.

As ações do AEE devem acontecer para além do atendimento no contraturno, e cabe ressaltar que não se está desmerecendo a importância do atendimento individualizado, mas destacando a relevância do AEE que atua de forma articulada aos professores de classe comum, pois é nesse espaço que a maioria das barreiras à inclusão escolar está presente, e é na sala de aula comum que essas barreiras dificultam a participação dos estudantes. Portanto,

conforme apontam as autoras Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018), é de fundamental importância que as professoras de AEE e de classe comum trabalhem de forma colaborativa visando a quebra dessas barreiras e garantindo o acesso e a participação dos estudantes.

Ressalta-se: É importante que o AEE seja compreendido para além do atendimento extraclasse. E destacamos a importância da articulação com demais professores para a inclusão escolar. O ensino colaborativo e o DUA são possíveis caminhos para romper com as barreiras para potencializar a escolarização de estudantes com deficiência no ensino comum.

Acreditamos que o ensino colaborativo se apresenta como uma das estratégias que contribuem para a inclusão de estudantes com deficiência. Cabe aos professores do AEE e da classe comum atuarem de forma colaborativa visando, em conjunto, identificar as barreiras que dificultam ou impossibilitam a escolarização de estudantes e, a partir dessa identificação, desenvolver ações, estratégias e recursos que possibilitem a quebra dessas obstruções.

A proposta de ensino colaborativo concilia com as perspectivas de ação do AEE para além da SRM. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018, p. 46) definem o ensino colaborativo como “[...] um dos modelos de prestação de serviços de apoio no qual um professor comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes”. O planejamento em conjunto favorece uma variabilidade de estratégias e recursos necessários para atender às multiplicidades que são encontradas nas salas de aula.

Para que haja a inclusão escolar, é preciso um trabalho em parceria entre todos os profissionais que atuam na escola. Cunha (2015) afirma que não há como pensar em inclusão dissociadamente de um ambiente inclusivo. Para tornar-se uma escola inclusiva, não basta contar somente com os recursos pedagógicos de acessibilidade, mas também é preciso considerar as relações humanas, pois é nas interações e no reconhecimento do potencial do outro que as ações que favorecem o aprendizado são realizadas.

De acordo com Bock et. al. (2018), o DUA surgiu da necessidade de desconstrução da ideia do normal, do padrão, de um modo único de ensinar e aprender. Essa metodologia visa beneficiar a todos os estudantes com seus distintos estilos de aprendizagem. A autora salienta a importância de se compreender que o DUA serve para todos, não é exclusivo dos estudantes público da educação especial, e ressalta a ideia de que todas as pessoas são diferentes e apresentam formas distintas de construção do aprendizado. Nesse sentido, o DUA aponta os caminhos para que, ao planejar, o professor pense nas diferentes formas de aprendizagem presentes em sua sala de aula e apresente o conteúdo utilizando diferentes recursos e estratégias, e que também sejam possibilitadas a esse estudante diversas maneiras de

expressar o seu conhecimento, seja de forma escrita, oral, visual, com recursos tecnológicos, enfim, que seja permitido a esse estudante expressar-se da maneira que ele se sinta mais confortável e seguro. Com o DUA, compreende-se a existência das diferenças, removem-se as barreiras com antecedência e, por conseguinte, ampliam-se as possibilidades de participação. (BOCK, 2019).

De acordo com Bock (2019), as pesquisas sobre o DUA vêm sendo desenvolvidas nos Estados Unidos há quase três décadas. Os pesquisadores fazem parte do “Center for Applied Special Technology nos Estados Unidos em um diálogo interdisciplinar entre as áreas de educação, neurociências, medicina e tecnologias” (BOCK, 2019, p. 111). A partir dessas pesquisas, o DUA tem sido compreendido como uma base para que, ao elaborar currículos, esses documentos contemplem a todos, e não a uma minoria (BOCK, 2019).

O DUA se difere da ideia de adaptação, não é preciso adaptar quando já se oferecem possibilidades diversas de aprendizado (BOCK, 2019). Ao utilizar o DUA como base para o planejamento, o professor considera todas as diferenças presentes em sua sala de aula e busca possibilitar o acesso ao conhecimento com equidade a todos os estudantes, rompendo com as barreiras que são inerentes ao currículo.

O DUA apresenta um diferente caminho que fomenta mudanças na escola para torná-la realmente inclusiva, com uma variabilidade da oferta de recursos para poder acolher todos os diferentes estilos de aprendizagem. Um currículo pautado nas bases do DUA poderia configurar-se como um facilitador na inclusão escolar de todos os estudantes PAEE visto que promove uma educação atenta às singularidades de cada um para todos, em que os caminhos metodológicos são flexíveis e as estratégias de ensino contemplam a diversidade humana, pois o objetivo final é que todos os estudantes sejam experts em aprender.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para favorecer a inclusão escolar, é necessário primeiramente repensar o que se compreende sobre deficiência, sobre cada estudante e considerar que a forma como são apresentados os conteúdos, como é organizado o ambiente, como é usada a linguagem, entre tantos outros fatores presentes em uma sala de aula comum, pode tornar-se uma barreira e, por conseguinte, ampliar a experiência da exclusão e desvantagem vivenciada pelos estudantes.

Esse entendimento corresponde com as concepções do modelo social, no qual a deficiência é compreendida como uma experiência singular, a qual ocorre em um espaço relacional entre o sujeito com algum impedimento corpóreo e as barreiras presentes nos

contextos sociais. Nesse sentido, é na interação com os contextos que a pessoa experimenta com maior ou menor intensidade as desvantagens pela experiência da deficiência, e a forma como ocorre essa interação está diretamente relacionada aos facilitadores e às barreiras encontradas.

Esta reflexão evidencia a importância de um movimento escolar, para efetivação de um trabalho colaborativo para o desenvolvimento de ações que favoreçam a inclusão escolar para todos. Faz-se necessária uma mudança das práticas pedagógicas para que a escola, que foi historicamente feita para alguns, passe a ser uma escola para todos (MANTOAN, 2020), ampliando a compreensão do que é Inclusão Escolar e sobre quais são essas práticas que precisam ser empreendidas no intuito de transformar as condições para o aprender.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Meiriene Cavalcante. O atendimento educacional especializado como força motriz da inclusão escolar. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Orgs.) **Educação e Inclusão: entendimento, proposições e práticas**. Blumenau: Edifurb, 2020.

BOCK, Geisa Leticia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Desenho Universal para a Aprendizagem: a Produção Científica no Período de 2011 a 2016. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 143-160, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/ntsFQKh3yqVMvJCpyWfQd4y/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 25 de ago. 2022.

BOCK, G. L. O Desenho Universal para Aprendizagem e as Contribuições na Educação a Distância. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214398/PPSI0853-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 20 de ago. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)**. Brasília. MEC/Secretaria de Educação Especial, 2008.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, Rosângela. Diferença e Educação: deslocamentos necessários. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.) **Educação e Inclusão: entendimento, proposições e práticas**. Blumenau: Edifurb, 2020.



MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão Escolar pela Via da Colaboração entre Educação Especial e Educação Regular. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 81-93, 2011. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/er/a/3pWHVwTHV43NqzRzVDBJZ7L/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 15 de mar. 2023.